



HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE
DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – HCFMUSP
ESCOLA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE – HCFMUSP

PROCESSO SELETIVO 2025 | PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA

004. PROVA OBJETIVA

RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL

SERVIÇO SOCIAL

(OPÇÕES: 006, 009, 018 E 035)

- Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 30 questões objetivas, e o caderno de prova dissertativa.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração das provas objetiva e dissertativa é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do início das provas.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue suas provas, assinando termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de prova dissertativa, a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

01. A construção histórica da profissão de assistente social tem sido direcionada a um projeto de Serviço Social orientado por valores que dignificam o gênero humano, tendo incorporado o ideário herdado da luta mundial dos trabalhadores. São constituintes dessa busca os ideários referentes aos valores maiores da liberdade, da justiça, da radicalidade democrática, da igualdade, do respeito aos direitos humanos, da qualidade dos serviços prestados, da construção da emancipação humana, com uma dimensão de universalidade rumo aos interesses da coletividade.

No contexto social, esse projeto está tensionado por projetos societários

- (A) desmembrados.
- (B) aleatórios.
- (C) plausíveis.
- (D) conservadores.
- (E) transparentes.

02. Na década de 1970, os padrões de desenvolvimento fordistas, as políticas keynesianas e o projeto de Estado social (especialmente nos países centrais) são enfraquecidos, e os direitos da classe trabalhadora também sofrem esses rebatimentos. A nova fase de acumulação capitalista se concentra na esfera financeira, e no campo ideológico, o velho liberalismo se apresenta com uma nova roupagem, sendo denominado de

- (A) socialismo.
- (B) toyotismo.
- (C) neoliberalismo.
- (D) fundamentalismo.
- (E) comunismo.

03. O contexto no qual o trabalho tem sido construído demonstra que a realidade exige uma flexibilização na legislação do trabalho, que culmina na destruição dos direitos sociais que ardentemente foram conquistados pela classe trabalhadora. Hoje são encontradas novas formas de trabalho voluntário, terceirizado, subcontratado, incentivo ao denominado empreendedorismo.

Pode-se afirmar que existe uma

- (A) precarização do trabalho.
- (B) evolução do trabalho.
- (C) proteção do trabalho.
- (D) condição ao trabalho.
- (E) dinamização do trabalho.

04. O Serviço Social adentra na década de 1990, ainda no século XX, protagonizando representações profissionais em distintos espaços decisórios. Houve uma democratização das instâncias organizativas advindas da participação política de assistentes sociais, que assumiram o compromisso ético-político, que só tem validação se associado a um projeto societário

- (A) regulador.
- (B) emancipador.
- (C) conciliador.
- (D) disseminador.
- (E) alienador.

05. A Lei nº 8.662/93 é denominada de Lei de Regulamentação da profissão de Assistente Social. O artigo 5º dessa Lei traz a seguinte redação no seu inciso “X – coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social”.

O artigo 5º refere-se à

- (A) atividade distintiva do assistente social.
- (B) atribuição de áreas afins do serviço social.
- (C) contribuição da profissão à formação.
- (D) competência profissional do assistente social.
- (E) atribuição privativa do assistente social.

06. Historicamente, o modelo de atendimento socioassistencial do país foi conformado sob a base da benemerência, destacado pela ausência da responsabilidade do Estado e com ações circunstanciais e não ações de continuidade dos serviços. Pode-se afirmar que a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) traz uma mudança estrutural tanto no formato dos serviços prestados quanto na concepção de assistência social, que passa a ser Lei.

Nessa direção, os parâmetros utilizados como instrumentos de gestão do SUAS são:

- (A) indicativo de pobreza, caridade e solidariedade.
- (B) solidariedade, comprometimento e assistência.
- (C) informação, monitoramento e avaliação.
- (D) proteção, orientação e encaminhamentos.
- (E) metodologias, atividades e inserção.

- 07.** O período que antecede a Constituição Federal Brasileira de 1988 foi marcado por um Sistema de Saúde que prestava atendimento somente a trabalhadores vinculados à Previdência Social, enquanto as demais pessoas precisavam ser atendidas por instituições filantrópicas. Com a Constituição de 1988, a saúde passa a ser um “direito de todos e dever do Estado”. De acordo com a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, no seu artigo 4º: O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS).
- Constitui-se como um dos objetivos do SUS, a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades
- (A) preventivas.
 - (B) emergentes.
 - (C) consecutivas.
 - (D) consolidadas.
 - (E) indicadas.
- 08.** O artigo 6º da Lei nº 8.080, que se refere ao Sistema Único de Saúde (SUS), em seu § 1º, versa que a vigilância sanitária é um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo o controle de bens de consumo e o controle de
- (A) inclusão social.
 - (B) projetos inovadores.
 - (C) práticas abusivas.
 - (D) políticas assertivas.
 - (E) prestação de serviços.
- 09.** O Sistema Único de Saúde possui norteadores dos seus conceitos, objetivos e princípios. Ressalta-se que as ações e os serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS) são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no art. 198 da Constituição Federal e obedecem aos princípios que estão indicados no artigo 4º da Lei nº 8.080 de 1990.
- De acordo com a legislação, constitui-se um desses princípios:
- (A) Centralização de acesso.
 - (B) Critérios sociais de atendimentos.
 - (C) Atendimentos coletivos.
 - (D) Universalidade de acesso.
 - (E) Privatização do atendimento.
- 10.** A Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, foi alterada pela Lei nº 14.423, de 22 de julho de 2022, que passou a vigorar com o nome de “Estatuto da pessoa idosa” em substituição à palavra idoso. Este estatuto regula os direitos da pessoa idosa, com idade igual ou superior a 60 anos.
- No seu artigo 3º, § 2º, vem assegurar prioridade especial, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente dentre as demais pessoas idosas, aos maiores de
- (A) 65 (sessenta e cinco) anos.
 - (B) 80 (oitenta) anos.
 - (C) 68 (sessenta e oito) anos.
 - (D) 70 (setenta) anos.
 - (E) 75 (setenta e cinco) anos.
- 11.** O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) define, em seu artigo 10, § 2º, “a delimitação de doenças a serem rastreadas pelo teste do pezinho, no âmbito do Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN), será revisada periodicamente, com base em evidências científicas, considerados os benefícios do rastreamento, do diagnóstico e do tratamento precoce, priorizando as doenças com maior prevalência no país, com protocolo de tratamento aprovado e com tratamento incorporado
- (A) na Unidade Básica de Saúde.”
 - (B) na Divisão de Saúde.”
 - (C) no Centro de Referência da Assistência Social.”
 - (D) no Centro de Gestantes.”
 - (E) no Sistema Único de Saúde.”
- 12.** As ações a serem desenvolvidas pelos assistentes sociais devem transpor o caráter emergencial e burocrático, em uma direção socioeducativa que possibilite reflexões acerca das condições sócio-históricas a que são submetidos os usuários dos serviços públicos de saúde. Além disso, essas ações devem ser capazes de mobilizar a participação desses usuários nas lutas em defesa da garantia do direito à Saúde.
- Constitui-se uma dessas ações:
- (A) a orientação social.
 - (B) o trabalho psicoterapêutico.
 - (C) o trabalho administrativo.
 - (D) o anúncio de óbitos a familiares.
 - (E) o trabalho clínico.

13. Os assistentes sociais têm sido chamados a realizar, juntamente com outros profissionais, uma política de atendimento que permite aos profissionais analisarem os determinantes sociais do processo saúde e doença, as condições de trabalho e os modelos assistencial e de gestão. Os profissionais devem desencadear um processo de discussão, com a participação dos usuários, para a revisão do projeto da unidade de saúde, das rotinas dos serviços e ruptura com o modelo centrado na doença.
- Esse conjunto de ações devem ser compreendidos como um processo de
- (A) desconstrução.
 - (B) compreensão.
 - (C) distribuição.
 - (D) humanização.
 - (E) focalização.
14. As ações que se constituem como eixo central de atuação do profissional de Serviço Social e recebem também a denominação de educação em saúde, cujo enfoque abrange diversos aspectos: informação e debate sobre rotinas e funcionamento das unidades, tendo por objetivo a democratização da mesma e as necessárias modificações; análise dos determinantes sociais da situação apresentada pelos usuários; democratização dos estudos realizados pela equipe, são de natureza
- (A) holística.
 - (B) fundamentalista.
 - (C) socioeducativa.
 - (D) interventiva.
 - (E) metodologista.
15. As demandas profissionais cotidianas podem revelar elementos importantes para o desenvolvimento do trabalho profissional qualificado. Um componente fundamental do exercício profissional que permite o desvendamento da realidade para propor alternativas de ação compatíveis com as necessidades e interesses dos usuários é a
- (A) burocratização.
 - (B) investigação.
 - (C) comparação.
 - (D) privatização.
 - (E) privação.
16. As transformações societárias incidem diretamente no cotidiano de trabalho profissional. Elas podem se manifestar pela redução e/ou transferência de algumas demandas, que se desdobram tanto em espaços ocupacionais já determinados historicamente, como pelo surgimento de novas demandas. Além disso, surgem também novos espaços ocupacionais para a profissão, que exigem dos profissionais criatividade e competência para buscar respostas às expressões da
- (A) vida social.
 - (B) pobreza social.
 - (C) criação capitalista.
 - (D) produção social.
 - (E) questão social.
17. As Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), de 1996, sintonizadas com as demandas sócio-históricas, destacam que a relação teoria-prática deve perpassar toda a formação profissional, com o objetivo de superar qualquer fragmentação durante o processo de ensino-aprendizagem. Diante dessa configuração, pode-se afirmar que é preciso assegurar a indissociabilidade entre os núcleos de fundamentação, sendo: 1) Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2) Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e; 3) Núcleo de fundamentos do
- (A) trabalho profissional.
 - (B) complexo social.
 - (C) trabalho social.
 - (D) cotidiano profissional.
 - (E) processo social.
18. A Política Nacional de Estágio (PNE), de 2009, estabelece as diretrizes rumo a uma formação profissional crítica e de qualidade, em consonância com as Diretrizes Curriculares de 1996 e do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. Considerando a conjuntura social, as reformas estruturais na política educacional, a precarização do ensino superior e do trabalho docente, com a expansão dos cursos de Serviço Social e as mudanças legislativas sobre a concepção de estágio, essa política reforça que o estágio é um processo educativo que presuppõe supervisão
- (A) específica.
 - (B) direta.
 - (C) híbrida.
 - (D) on-line.
 - (E) agendada.

19. O Estatuto da Pessoa com Deficiência traz importantes indicações para assegurar os direitos das pessoas com deficiência, como informações e orientações nas áreas de saúde, de educação, de cultura, de esporte, de lazer, de transporte, de previdência social, de assistência social, de habitação, de trabalho, de empreendedorismo, de acesso ao crédito, de promoção, de proteção e de defesa de direitos e nas demais áreas que possibilitem à pessoa com deficiência exercer sua cidadania. De acordo com o art. 17: “Os serviços do SUS e do SUAS deverão promover ações articuladas para garantir à pessoa com deficiência e sua família a aquisição de informações, orientações e formas de acesso às políticas públicas disponíveis, com a finalidade de propiciar sua plena”:
- (A) Educação para inclusão.
 - (B) Cooperação social.
 - (C) Intervenção técnica.
 - (D) Participação social.
 - (E) Contenção social.
20. O Código de Ética Profissional do/a Assistente Social (Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993) é um importante instrumento de normatização e orientação da profissão de assistente social. Conforme o art. 6º: É vedado ao/à assistente social exercer a sua autoridade para limitar ou cercear o direito do/a usuário/a de participar e decidir livremente sobre seus interesses; como também aproveitar-se de situações decorrentes da relação assistente social-usuário/a, para obter vantagens pessoais ou para terceiros; bem como
- (A) bloquear o acesso dos/as usuários/as aos serviços.
 - (B) implantar um programa de atendimento aos/às usuários/as.
 - (C) realizar estudos detalhados da situação histórica dos/as usuários/as.
 - (D) elaborar um estudo social no intuito de operacionalizar o trabalho.
 - (E) trabalhar com as famílias dos/as usuários/as.
21. Ao se trabalhar com pessoas em situação de rua, é importante destacar que não há uma homogeneidade e sim uma complexidade que envolve as pessoas com trajetória de rua. Essa população é exposta cotidianamente a condições precárias de vida, sobretudo de violações de direitos. A Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para População em Situação de Rua (PNTC PopRua) – Lei nº 14.821, de 16.01.2024, traz importantes direcionamentos para a garantia dos direitos desse segmento. Dentre os princípios dessa Política, pode-se destacar
- (A) higienização como processo de saúde.
 - (B) cerceamento da população para volta ao trabalho.
 - (C) sustentabilidade ambiental.
 - (D) centralização de atendimentos.
 - (E) institucionalização desse segmento.
22. A efetivação dos direitos e a superação das situações de violência contra crianças e adolescentes requerem o conhecimento e a reflexão crítica por parte dos profissionais que compõem a rede de proteção. O fortalecimento do trabalho em rede possibilitará maior efetividade, superação das sobreposições de ações, numa ação integrada, buscando a complementariedade dos serviços voltados ao atendimento a essas crianças e adolescentes. A Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024, institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra violência nos estabelecimentos educacionais, prevê uma Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e exploração sexual da criança e do adolescente, além de promover alterações no Código Penal, na Lei dos Crimes Hediondos e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Com as alterações, passa a ser crime a intimidação sistemática virtual (*cyberbullying*), cuja pena, se não for conduzida grave e for transmitida em tempo real, deverá ser
- (A) multa de 10 salários-mínimos e serviços comunitários.
 - (B) pena de 05 a 08 anos de reclusão.
 - (C) multa de 05 salários-mínimos e serviços comunitários.
 - (D) pena de 01 ano de reclusão e multa.
 - (E) pena de 02 a 04 anos de reclusão e multa.
23. A construção da consciência de classe exige o desmascaramento das ilusões criadas pelo capitalismo e o trânsito para o nível da compreensão política das contradições inerentes a essa sociedade capitalista. Ao romper com essas ilusões, o trabalhador pode entender a importância do seu papel no circuito do capital, ou seja, ele compreende a sua
- (A) identidade de classe.
 - (B) compreensão coletiva.
 - (C) incompatibilidade funcional.
 - (D) inconformidade pessoal.
 - (E) incongruência individual.
24. A degradação das condições de vida da classe trabalhadora durante o processo histórico é visível. Sua moradia consistia em vilas operárias desprovidas de infraestrutura urbana, que irradiavam epidemias e doenças. Contudo, a burguesia não se sensibilizava com essas situações, pois tinha os olhos voltados para a
- (A) destruição da sociedade.
 - (B) compreensão da classe social.
 - (C) audácia da classe trabalhadora.
 - (D) expansão do capital.
 - (E) contração do sistema.

- 25.** A trajetória histórica do Serviço Social no Brasil demonstra uma ação com viés conservador, advindo de ideologias cristãs leigas, que impregnavam o “fetiche da prática” aos/às assistentes sociais, em um sentido de servidão, urgência e prontidão. A ação lhes roubava quaisquer possibilidades de reflexão e de crítica. Sempre prontas/os para “ajudar”, as suas ações se configuravam sob a marca do agir imediato, espontâneo e
- (A) revolucionário.
 - (B) alienante.
 - (C) conscientizador.
 - (D) cientificado.
 - (E) politizado.
- 26.** O processo histórico de transformações na profissão de Assistente Social traz elementos importantes para a análise das relações sociais estabelecidas. A tomada de consciência pelos/as profissionais assistentes sociais permitiu uma busca por uma nova realidade profissional, que no âmbito interno da profissão se configura enquanto “Movimento de Reconceitualização”. Esse movimento realiza uma análise profunda do Serviço Social no continente latino-americano, tanto no que se refere ao exercício profissional quanto aos seus
- (A) movimentos sociais.
 - (B) sujeitos de ação.
 - (C) instrumentos de intervenção.
 - (D) fazeres profissionais.
 - (E) fundamentos teóricos.
- 27.** O trabalho profissional de assistentes sociais prevê dimensões que no cotidiano estão em sintonia. A dimensão teórico-metodológica pode permitir uma capacitação aos/às profissionais para operar a passagem das características singulares de uma situação que se manifesta no cotidiano profissional para uma interpretação, com base na
- (A) individualidade.
 - (B) parcialidade.
 - (C) universalidade.
 - (D) representatividade.
 - (E) peculiaridade.
- 28.** A dimensão técnico-operativa da profissão de assistente social revela a imagem social da profissão e a sua autoimagem. Nela, os profissionais são reconhecidos. A importância dessa dimensão é inquestionável, pois aí se encontram as formas de garantia de acesso aos direitos das pessoas que solicitam os serviços. É nessa dimensão que são encontrados os elementos
- (A) requisitados pelo estado.
 - (B) técnico-operativos.
 - (C) teórico-metodológicos.
 - (D) referentes à assistência social.
 - (E) ético-políticos.
- 29.** A Residência em Saúde, o/a residente, são parte do cotidiano das práticas em saúde, assim como os/as demais trabalhadores/as. Eles estão inseridos/as nos mesmos processos contraditórios que permeiam o trabalho no âmbito da saúde, especialmente no contexto do Serviço Social. Nesse contexto da Residência, as reflexões e ações podem ser fomentadas
- (A) pela educação em saúde.
 - (B) pela profissionalização em saúde.
 - (C) pelo ensino na saúde.
 - (D) pela publicização de produtos gerados.
 - (E) pela competência profissional.
- 30.** O estudo social é um instrumento profissional que aparece na grande parte das lidas cotidianas, denotando ser um processo metodológico de intervenção comum a praticamente todas as áreas de trabalho, sendo que, em determinados espaços sócio-ocupacionais, adquire maior visibilidade. Em alguns momentos, pode ter a denominação de estudo social em Serviço Social, evidenciando tratar-se de matéria do Serviço Social. Dessa forma, o estudo social é importante por se tratar de uma atribuição que necessita domínio de dimensões técnicas e éticas do Serviço Social, para a investigação da
- (A) vida das pessoas.
 - (B) relação teórica.
 - (C) competência profissional.
 - (D) realidade social.
 - (E) capacidade das pessoas.

